



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
PORTUGAL



Ministério da  
Agricultura,  
do Desenvolvimento  
Rural e das Pescas



DGRF  
Direcção-Geral dos Recursos Florestais

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE**  
**O INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA,**  
**O INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS**  
**E**  
**A DIRECÇÃO-GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS**

Considerando que a actualização da Base Geográfica de Referenciação de Informação é essencial como instrumento técnico de apoio à actualização da Amostragem e à realização do XV Recenseamento Geral da População e do V Recenseamento Geral da Habitação - Censos 2011 -, operações estatísticas da maior importância para o País;

Considerando que o Instituto Geográfico Português - IGP, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, é responsável pela produção e actualização das Séries Cartográfica e Ortofotocartográfica nacionais na escala 1:10 000;

Considerando que, para efeitos de actualização da Base Geográfica de Referenciação de Informação, o INE pretende integrar na *Geodatabase* do seu Sistema de Informação Geográfica, a Carta de Portugal em formato digital e os ortofotomapas, na escala 1:10 000;

Considerando a aptidão científica e técnica do IGP, enquanto Autoridade Nacional de Cartografia e Produtor de Informação Geográfica Oficial;

Considerando o interesse nacional no conhecimento sobre a realidade florestal, área da competência da Direcção-Geral dos Recursos Florestais - DGRF, entidade responsável pelo inventário florestal;

Considerando que o IGP e o INE, sempre que foi solicitado, participaram em projectos de âmbito nacional, enquadráveis em missões de interesse público;



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**É celebrado o presente protocolo de colaboração**

**entre:**

O **Instituto Nacional de Estatística**, adiante designado por **INE**, instituto público dotado de autonomia administrativa, pessoa colectiva nº 502237490, com sede na Av. António José de Almeida, nº 2, Lisboa, representado pela sua Presidente, Dr.<sup>a</sup> Alda de Caetano Carvalho, e o seu vogal,

o **Instituto Geográfico Português**, adiante designado por **IGP**, instituto público dotado de autonomia administrativa, pessoa colectiva nº 506132307, com sede em Rua Artilharia Um, 107, 1099-052 LISBOA, representado pelo seu Presidente, Coronel Eng.º Geógrafo Arménio dos Santos Castanheira

e

a **Direcção-Geral dos Recursos Florestais**, adiante designada por **DGRF**, pessoa colectiva nº 600077853, com sede em Avenida João Crisóstomo, 28, 1069-040 LISBOA representada pelo seu Director-Geral, Prof. Doutor. Francisco Castro Rego,

no âmbito do protocolo assinado em 12 de Setembro de 1995 entre o Centro Nacional de Informação Geográfica, o Instituto Geográfico do Exército, o Instituto Português de Cartografia e Cadastro, actual Instituto Geográfico Português - IGP, e o Instituto Nacional de Estatística - INE, e em complemento do Contrato de Fornecimento de Ortofotocartografia digital, assinado em 23 de Junho de 1999 entre o INE, o IGP e a DGRF,

o qual se rege pelas cláusulas seguintes:



## Cláusula 1ª

### Objecto

O presente protocolo tem por objecto estabelecer e definir as condições do programa de trabalhos a realizar.

## Cláusula 2ª

### Obrigações do INE

1. Participar na constituição e actualização da Base Nacional de Endereços (BNE), enquanto infra-estrutura nacional única de endereços, com carácter oficial e propriedade do Estado Português, de acordo com as especificações técnicas a definir.
2. Participar na constituição e actualização da Base de Dados georreferenciada de Equipamentos, de acordo com as especificações técnicas a definir.
3. Colaborar com o IGP por forma a reunir as condições institucionais conducentes à viabilização da superintendência portuguesa no cargo de Secretário-Geral do EUROGI – *European Umbrella Organisation Geographic Information*, promovida pelo IGP, através da mobilidade do trabalhador do quadro do INE, Eng.º João Geirinhas para o IGP, pelo período de 1 Janeiro 2006 a 31 Dezembro 2007.
4. Colaborar com a DGRF na produção de informação sobre a realidade florestal nacional, designadamente através da cedência de elementos estatísticos.

## Cláusula 3ª

### Obrigações do IGP

1. Licenciar o INE para o uso da cobertura de ortofotomapas de Portugal Continental referentes aos voos realizados em 2004 e 2005 pela DGRF, com a finalidade de servir de base à preparação e execução dos Censos 2011, bem como de outras operações registadas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.





2. Licenciar o INE para uso do modelo numérico topográfico (MNT) da Carta na escala 1:10 000 (Continente) das folhas com data de referência 2001 ou posterior, com a finalidade de servir de base à preparação e execução dos Censos 2011, bem como de outras operações registadas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.

#### **Cláusula 4ª**

##### **Obrigações da DGRF**

1. Autorizar o licenciamento ao INE para o uso da cobertura de ortofotomapas de Portugal Continental referentes aos voos realizados em 2004 e 2005 pela DGRF, com a finalidade de servir de base à preparação e execução dos Censos 2011, bem como de outras operações registadas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.
2. Colaborar com o INE na produção de informação estatística sobre a realidade florestal nacional.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Acompanhamento**

Para a aplicação e gestão do presente protocolo, é constituída uma Comissão Técnica, com representantes nomeados por cada uma das instituições.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Condições financeiras**

1. Pelo licenciamento da informação mencionada no ponto 2 da cláusula 3ª deste protocolo, o INE não está sujeito ao pagamento de quaisquer subvenções financeiras, à excepção da propriedade não detida pelo IGP referente ao MNT da Carta na escala 1:10 000.



2. Pela mobilidade do Eng.º João Geirinhas para o IGP, mencionada no ponto 3 da cláusula 2ª deste Protocolo, o IGP não está sujeito a pagamento de quaisquer encargos.

### Cláusula 7ª

#### Vigência

1. O presente Protocolo é válido até 31 de Dezembro de 2011, salvo que qualquer das partes o denunciar, por escrito, desde que observado um pré-aviso de 90 dias, sendo passível de revisões e subsequentes negociações.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as partes podem a todo o tempo, desde que por comum acordo, através de forma escrita, revogar o presente Protocolo.

Lisboa, 03 de Janeiro de 2006

A Presidente do INE

Alda de Caetano Carvalho

O Presidente do IGP

Arménio dos Santos Castanheira

O Director-Geral da DGRF

Francisco Castro Rego